

35º Encontro Anual da Anpocs

GT21 - Mídia, política e eleições

**O debate público sobre alimentos transgênicos na mídia:  
enquadrando os riscos**

Renata Campos Motta

Caxambu, 24-28 de outubro de 2011

## O debate público sobre alimentos transgênicos na mídia: enquadrando os riscos<sup>1,2</sup>

### ABSTRACT

*Este artigo tem como objeto a participação de frames de "risco" no debate público sobre alimentos transgênicos na mídia brasileira. "Risco" é conceituado como um tipo de comunicação baseada em conhecimento científico que se refere a um dano considerado inaceitável e, gera, portanto, uma demanda política; daí a necessidade de estratégias de visibilização nos meios de comunicação pelos atores afetados. Ademais do objetivo descritivo, pretende-se avaliar, segundo a orientação ideológica dos meios de comunicação e comparando-se o Brasil com outros países, a abertura do ambiente midiático para frames de risco a respeito dos transgênicos. A partir da discussão dos resultados conclui-se sobre as vantagens e as limitações da metodologia dos estudos de mídia adotada para pesquisar risco no debate público sobre transgênicos.*

Os alimentos transgênicos têm sido objeto do debate público em vários países nas últimas duas décadas. Em alguns lugares, decisões pela liberação desses produtos são reiteradamente contestadas, tanto por movimentos sociais ou por outros órgãos governamentais que não eram diretamente competentes para definir a política. Em outros, decisões pela proibição destes produtos também são objetadas por organizações da sociedade civil, por produtores agrícolas e empresas de tecnologia, bem como por outros órgãos estatais, revelando dissenso entre áreas do governo.

Um dos principais argumentos mobilizados por atores para contestar os organismos geneticamente modificados (OGMs) são os riscos associados à nova tecnologia. O tema dos riscos é comumente pesquisado nas áreas da psicologia social e dos estudos sociais da ciência e da tecnologia. O ponto de partida comum é que riscos são construídos na percepção e na comunicação

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta resultados parciais da minha dissertação de Doutorado em Sociologia pela Freie Universität Berlin. Ele apresenta parte da metodologia de pesquisa e resultados preliminares. Portanto, peço não citar sem permissão. Sugestões e comentários podem ser enviados para [renata.motta@fu-berlin.de](mailto:renata.motta@fu-berlin.de) e serão bem vindos.

<sup>2</sup> Meus sinceros agradecimentos à equipe da Unidade Agrícola da CEPAL/Santiago, pelas sugestões para a coleta de dados e construção de categorias; ao Prof. Dieter Rucht, por encorajarme veemente para comparar o Brasil com outros países; ao Matías Fernandez, por me ensinar transitar entre os métodos qualitativos e quantitativos e por todo apoio no tratamento dos dados; à Thamy Pogrebinski, pela leitura atenta e às valiosas sugestões; ao Prof. Sérgio Costa, pela confiança e orientação; ao apoio financeiro da Dahlem Research School e do [desiguALdades.net](http://desiguALdades.net).

social e, portanto, não possuem uma existência material independente dos processos de construção social. Enquanto os estudos em psicologia social geralmente enfatizam diferenças na percepção e aceitação de risco, os estudos sociais da ciência e da tecnologia concentram-se sobre conflitos acerca de riscos e aceitação de novas tecnologias.

Os estudos sobre mídia e comunicação política, por sua vez, tendem a avaliar risco no debate sobre transgênicos como parte da aplicação de uma metodologia, sem elaboração conceitual (Allain et. al, 2009; Favorito, 2005). Risco aparece como um tipo de frame (Goffman, 1974; McAdam, McCarthy, Zald 1996; Snow et al., 2000), ou seja, "processos coletivos de interpretação, atribuição e construção social". McAdam, McCarthy, Zald (1996: 2). Rucht et al. (2008) chamam a atenção para o fato de que risco é um tipo especial de comunicação que, por se referir a probabilidades de eventos futuros, se baseia fortemente no conhecimento de especialistas e, ademais, suscita apreensões entre o público leigo.

Não menos relevante do que sua relação com o sistema de especialistas, as comunicações de risco se distinguem por seu caráter moral e político. Como ressaltado por Douglas (1986, 2003a, 2003b), risco implica a existência de um dano a algo que se considera valioso e, portanto, é uma comunicação que moraliza e demanda uma correção política. Partindo de Douglas, Luhmann (2005, 2008) ressalta que a comunicação de risco se constrói com objetivo contestatório frente a uma decisão política à qual o dano (ou sua probabilidade futura) é atribuído, ou seja, é um tipo de comunicação com uma existência eminentemente política. Assim, "risco" é uma forma de conferir significado a um tema que necessita de estratégias de visibilização para atingir o alvo de responsabilização: as elites políticas. Para isso, os meios de comunicação de massa são uma ferramenta fundamental.

Há, portanto, uma relação estreita entre, por um lado, a ontologia do risco tal como conceituado na sociologia, na psicologia e nos estudos sociais da ciência e da tecnologia e, por outro lado, a metodologia dos estudos de mídia e de comunicações políticas. A convergência entre ambas é estimulada pelo acúmulo de investigação empírica acerca dos movimentos sociais (Benford, 1993; Gamson e Wolfsfeld, 1993; McAdam, McCarthy, Zald, 1996; Snow et. al,

2000), sobretudo no que tange suas estratégias de *framing* como forma de ação política que tem como alvo a mídia (diretamente) e a elite política (indiretamente). Devido ao seu componente moral, risco pode ser considerado um tipo de frame de injustiça (Gamson, 1992; Snow et. al, 2000), um tipo de demanda política usualmente mobilizada por atores que não possuem canais diretos para participar na tomada de decisão política e que têm maior dependência da mídia para comunicar suas demandas políticas (Gamson e Wolfsfeld, 1993).

Pretendo aliar, de um lado, a conceitualização sobre risco como fenômeno socialmente construído em processos comunicativos e, de outro, uma metodologia dos estudos dos *media* para analisar o debate público sobre a política para alimentos transgênicos no Brasil. Por esses motivos, considero risco como uma comunicação contestatória sobre os efeitos negativos atribuídos a uma decisão política de adotar uma nova tecnologia. Dentro do marco analítico da “*contentious politics*” (Tilly and Tarrow, 2007), risco será tratado como parte de uma demanda política (*political claim*), ou seja, um *frame* dos alimentos transgênicos que implica uma relação com uma tomada de decisão e não um conceito unilateral de um fenômeno que possua uma existência independente.

Embora o tipo de ator que mobiliza este tipo de demanda política também é um dado fundamental para analisar o debate público midiático sobre os OGMs, este artigo se concentrará nos resultados relativos à comparação por país e por orientação ideológica dos meios apenas.

Este trabalho tem como objetivo avaliar a presença de comunicações sobre risco no debate sobre o tema. A hipótese orientadora é que meios de comunicação que costumam cobrir eventos de protesto e demandas de movimentos sociais também são aqueles que dão maior visibilidade aos *frames* de risco.

Este artigo está dividido em quatro seções. A primeira apresenta o conceito de risco que orienta este trabalho. A segunda explica o desenho de pesquisa. A terceira apresenta os resultados sobre a presença de comunicações de risco no material coletado. A quarta discute os resultados, à luz dos objetivos analíticos. Por fim, apresentam-se algumas considerações sobre as vantagens e

limitações metodológicas de se usar dados de mídia para estudar demandas políticas sobre risco.

## **1. Risco como comunicação política**

Faz-se necessário situar o uso corrente da palavra “risco” no debate internacional sobre OGMs. No contexto das regras multilaterais para o comércio de produtos agrícolas, dos padrões sanitários e fitossanitários internacionais, dos tratados multilaterais para o meio-ambiente (estabelecidos em fóruns como a Organização Mundial do Comércio, Organização Mundial da Saúde, Codex Alimentarius, Convenção da Biodiversidade). Nestes, risco é conceituado de acordo com a teoria probabilística aplicada nas ciências naturais: o tamanho do dano estimado multiplicado pela probabilidade de sua ocorrência. Na OMC, por exemplo, os Membros concordaram em estabelecer o direito de restringir o comércio internacional para proteger a saúde de suas populações ou o meio-ambiente, desde que estivesse justificado cientificamente com base em uma análise de risco. Assim, nos conflitos acerca de decisões sobre risco de novas tecnologias, o conceito nativo de risco é estratégico (Pettricione, 2004). Isto porque ele é o argumento tido como legítimo para se opor ao desenvolvimento de uma tecnologia e ao livre comércio de bens.

Este uso “nativo” é convergente com alguns conceitos adotados na tese de Beck (1986, 2007) sobre a sociedade de risco - tais como “catástrofes antecipadas”, “consequências negativas”, ou “efeitos colaterais” - no sentido de que ambos usam um termo negativo e unilateral. Já o par de distinção composto por risco/perigo tal como proposto por Luhmann (2005, 2008) enfatiza o uso estratégico da palavra “risco”. O autor argumenta que perigos são causados por fatores externos como a natureza, ao passo que riscos são atribuíveis a uma decisão tomada com vistas a auferir possíveis vantagens. Ao mesmo tempo, riscos incorridos por alguém ao tomar decisão podem ser considerados um perigo para outrem.

Usar risco e perigo de forma intercambiável ou ainda, enfatizar apenas o lado negativo de risco é negar sua diferença com relação a termos como perigo, ameaças e danos. Isso desvia a atenção do fato de que risco estão associados

com decisões e não são apenas catástrofes naturais. Em outras palavras, decisões são contingentes, podem ser tomadas de diversas maneiras. E essa é precisamente a característica que leva à politização dos riscos: a atribuição de futuros efeitos indesejáveis a uma decisão tomada a fim de obter vantagens e a contestação de esta decisão poderia ser tomada de outra maneira.

Por esses motivos, adoto o conceito de risco como uma comunicação contestatória sobre os efeitos negativos atribuídos a uma decisão política de, neste caso, adotar a biotecnologia. Dentro do marco analítico da “*contentious politics*”, risco será tratado como parte de uma demanda política (*political claim*), ou seja, implica uma relação com uma tomada de decisão e não um conceito unilateral de um fenômeno que possua uma existência independente. Esta definição enfatiza a construção social do risco como uma forma de comunicar dissenso sobre uma decisão política e evita tratá-lo como fenômeno material. Consequentemente, o presente estudo não discute se os OGMs são seguros ou se oferecem riscos; antes, se trata de avaliar a presença de comunicações sobre risco no debate sobre o tema.

Como comunicação política, “risco” aparece no discurso público que se dá na esfera pública. A esfera pública é um espaço de comunicação onde, em princípio, qualquer ator individual ou coletivo pode trazer qualquer tema para discussão e intercambiar argumentos sobre ele (Rucht et. al, 2008: 20). Isto acontece em diversos fóruns. As comunicações políticas mediadas são aquelas que se tornam visíveis em uma esfera pública mais ampla. Quanto mais visível na mídia, mais premente o tratamento de um tema por parte da elite política e, ao mesmo tempo, mais se abre o debate para novos argumentos e atores. Aí está o poder de agenda da mídia e seu papel na formação da opinião pública. Tendo em vista que os riscos não são fenômenos materiais com existência independente de sua percepção e comunicação, ou seja, seu processo de construção se dá justamente em sua tematização. A visibilização dos riscos é condição de suas existência. A mídia tem um papel fundamental aí. Portanto, a pesquisa social sobre riscos pode se beneficiar muito com a metodologia dos estudos de mídia.

## **2. Comparando países e mídia para estudar risco**

Esta seção apresenta e justifica as escolhas metodológicas no que tange a definição dos casos e das dimensões comparativas, as fontes, o método de análise e a construção das categorias. Há duas maneiras básicas de se avaliar a presença de comunicações sobre risco no debate sobre o tema: parte-se de um critério ideal ou compara-se com outros casos. Uma opção corrente nos estudos de mídia é orientar-se por um critério normativo como estabelecido na teorias dialógicas de argumentação: Porém, o objetivo do presente estudo não é avaliar a qualidade do debate sobre OGMs, mas identificar em que medida risco é debatido no Brasil no caso dos OGMs.

Para tanto, esta pesquisa não considera que haja um ideal normativo do grau adequado em que uma sociedade discute os riscos de novas tecnologias; tampouco faria sentido comparar sociedades tão distintas (em termos de organização da produção agrícola, participação no mercado agrícola internacional, distribuição de renda, sistema político), onde as questões suscitadas pelos OGMs sejam pouco comparáveis. Um dos problemas em comparar exportadores de grãos com importadores de alimentos é que nos últimos a perspectiva do consumidor possui um peso maior do que a do produtor e, no caso da biotecnologia agrícola existem, para além da discussão sobre os riscos à saúde do consumidor, a questão dos riscos para o trabalhador rural e as incertezas associadas aos efeitos ambientais da produção em larga escala destes produtos.

Assim, optou-se por comparar três países da América Latina, quais sejam, Argentina, Brasil e México, que se situam no mercado internacional agrícola como grande produtores agrícolas - estão entre os 15 maiores produtores de OGMs (James, 2009) - , onde há uma estrutura mista de produtores agrícolas (agrobusiness e agricultura familiar), um sistema político semelhante, uma história de relação com os riscos e a inserção na modernidade semelhante. Em uma perspectiva cronológica, a adoção da biotecnologia agrícola nestes países é parte de um processo de transnacionalização da experiência estado-unidense do início da década de noventa. A Argentina seguiu de perto os pioneiros, aprovando, em um processo de insulamento burocrático, a soja geneticamente modificada RR da Monsanto em 1996. Após

15 anos, alguns resultados desta experiência estão em debate: a consolidação do poder de mercado de firmas estrangeiras de insumos agrícolas (Bárcena et. al., 2004); a reorganização do setor agrário, que abriu oportunidades para alguns - firmas argentinas que se transnacionalizaram e atuam nos países vizinhos – em detrimento de outros (Gras, 2008; Gras y Hernández, 2009). Nos anos recentes, algumas vozes apareceram para contestar os benefícios do modelo da soja transgênica, em particular, os camponeses vítimas de expulsão de suas terras e de contaminação pelo uso associado de pesticidas; médicos e cientistas denunciam os riscos destes produtos à saúde e ao meio ambiente; e intelectuais e ativistas debatem os efeitos negativos econômicos, sociais e ambientais do modelo sojeiro (Gras, 2011; Gruttadauria, 2008; Lisboa, 2011). Entretanto, qualquer início de controvérsia sobre o tema é automaticamente polarizado em extremos, em um contexto onde há um longo conflito entre o governo e a mídia, entre o governo e o setor rural e, ainda, alianças da mídia tanto com o governo, quanto com o setor rural.

Da Argentina, a soja transgênica foi contrabandeada para o Brasil, onde o seu estatuto legal permaneceu incerto e sob disputa. Houve grande oposição da sociedade civil organizada, especialmente dos movimentos ambientalista e dos trabalhadores rurais, que enfatizaram os riscos que poderia acarretar a adoção da tecnologia. Houve conflito entre os poderes legislativo, executivo e judiciário e, inclusive, dentro do poder executivo. Os proponentes da tecnologia avançaram com sua agenda, com a aprovação da soja, do algodão e do milho geneticamente modificados. Empresas nacionais fizeram parcerias com empresas multinacionais para investir em produtos biotecnológicos; mas também começaram a competir com elas e a criticar suas práticas monopolísticas. Em 2009, com as primeiras colheitas do milho transgênico, outras controvérsias surgiram: a coexistência entre culturas transgênicas e convencionais é possível? Se sim, quem paga pela segregação? A rotulagem se justifica? É necessário monitorar os efeitos à saúde e ao meio ambiente? Quem se beneficia e quem é mais afetado por uma regulação mais estrita ou uma desregulação?

Nos anos mais recentes, o México chamou muita atenção sobre a questão dos transgênicos quando o governo modificou o marco legal para



autorizar o cultivo experimental do milho geneticamente modificado. Esta foi a primeira vez que um centro de origem de biodiversidade de uma espécie de grão que compõe a dieta nacional realiza experimentos com variedades transgênicas. Devido à sua integração no bloco econômico do NAFTA, o México importa milho (transgênico) mais barato (subsidiado) dos Estados Unidos, o que já contaminou sua produção doméstica. Enquanto alguns atores alertam para os riscos à biodiversidade, à saúde, à segurança alimentar (Greenpeace, 2011), outros defendem a nova tecnologia como solução para a segurança alimentar e a substituição de importações dos EUA. Argentina e Brasil são referidos ora como comprovação das vantagens dos OGMs, ora como exemplos de uma ameaça (transnacional) à agricultura, à saúde e ao meio ambiente.

Dados sobre os três países foram coletados para o período de dois anos de 2009 a 2010, momento em que, na Argentina, há disputas interpretativas sobre os efeitos da decisão pela biotecnologia agrícola; no Brasil, há controvérsias sobre como adotar e regular a biotecnologia agrícola; e, no México, há acirrado conflito acerca da incorporação dos transgênicos na agricultura. Em suma, trata-se de um período em que atores visam influenciar a configuração da política para os transgênicos fazendo demandas, argumentando, enfatizando certos aspectos do tema, invisibilizando outros.

### *Risco na mídia*

A utilização de jornais como fonte de dados para pesquisas nas ciências sociais se deve, segundo Koopmans (1998: 91), a uma escolha negativa, já que não é devida à superioridade desta fonte, mas à deficiência das demais. Entretanto, mais do que uma escolha negativa, o uso de dados da mídia para este estudo pode ser justificado em termos tanto teóricos quanto pragmáticos. Partindo do conceito de risco como parte dos processos de construção social, a comunicação dos riscos é condição de sua existência como demanda de contestação política. A sua cobertura pela mídia pode ser um indicador válido

para avaliar seu papel no debate sobre transgênicos, a exemplo do que é feito nos estudos de protesto<sup>3</sup>.

Assim, partimos do pressuposto de que a presença de *frames* sobre risco nos dados de mídia sobre alimentos transgênicos indica que passaram por processos de seletividade dos meios de comunicação sobre o que é relevante para o debate público. Embora advertindo contra um certo "determinismo midiático", McCarthy, Smith e Zald (1996) reconhecem que o papel central conferido à mídia em muitos estudos sobre movimentos sociais e processos de *frame* não é carente de fundamento, muito pelo contrário. Com o intuito de influenciar nas políticas públicas e, na falta de recursos materiais e canais políticos para participar na tomada de decisões, movimentos sociais recorrem a estratégias de "outsiders". Mesmo que o alvo final seja os tomadores de decisão, eles necessitam convencer o público em geral ou obter aliados nos grupos de elite para que seus temas e *frames* recebam atenção e sejam considerados importantes. A mídia se torna uma ferramenta central nesta estratégia.

A escolha das fontes orientou-se por uma combinação de critérios condizentes com o fenômeno a ser estudado. A conceituação de risco como comunicação de uma demanda política implica que há uma relação entre, ao menos, dois tipos de atores sociais. De um lado, há a elite política, como demandada, como alvo suposto de comunicações de risco (embora também possa ser o sujeito das mesmas), à qual se atribui responsabilidade por tomar decisões vinculantes coletivamente a respeito dos transgênicos. Portanto, faz-se necessário pesquisar jornais lidos pela elite política. De outro lado, há os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil que objetivam visibilizar seus *frames* de risco sobre os transgênicos e, assim, influenciar o debate público e demandar respostas políticas. Com vistas a encontrar material sobre estes atores e suas demandas, optou-se por incluir jornais que se destaquem por cobrir eventos de protestos, artigos de opiniões dissidentes e

---

<sup>3</sup> "(...) not all protest events are created equal: They differ both in their intensity (size, level of disruption, etc.) and in their relevance for social and political change. The selective coverage (...) is (...) a function of their intensity. Because in modern societies mass media coverage is often a necessary precondition for protests to have a social and political impact, media-reported protests may actually be a more valid indicator than the whole range of actual protests (Rucht, Koopmans and Neidhardt, 1998:18).

possuam entre seus articulistas colaboradores dos movimentos sociais.

Além desses dois tipos de atores, participam ativamente do debate os atores econômicos, que são os proponentes da nova tecnologia. Eles também fazem demandas aos tomadores de decisão política, buscando influir no debate público e enquadrar os alimentos transgênicos em seus aspectos vantajosos, bem como enfatizar sua segurança. Embora estes atores comumente disponham de canais de comunicação privilegiados com a elite política, nesta pesquisa interessa identificar sua participação na formação de um discurso público sobre transgênicos e em que medida eles adotam estratégias discursivas em reação aos *frames* de risco. Por este motivo, também o jornal líder no setor de economia e negócios foi incluído entre as fontes de cada país.

Além dos já mencionados tipos de atores, os cientistas são comumente consultados sobre o tema da biotecnologia agrícola, tendo em vista sua autoridade baseada no conhecimento especializado sobre assuntos como engenharia genética, meio ambiente, saúde, agronomia. No intuito de identificar a influencia dos cientistas no discurso público amplo sobre transgênicos - e não em seu debate especializado -, suas demandas a respeito serão identificadas não somente nas seções de ciência de cada jornal mas também em sua qualidade de fonte consultada por vários jornalistas. Portanto, pretende-se combinar três tipos de jornais para mensurar as comunicações de risco em um debate no qual atores políticos e econômicos, movimentos sociais e ONGs, cientistas e, inclusive, os atores da própria mídia, objetivam influenciar no frame público do tema.

Como bem explicado pela jornalista responsável por cobrir o tema dos transgênicos no jornal francês *Le Monde*, Catherine Vincent, há um paralelismo entre o que acontece numa redação de jornal e na sociedade: inicialmente, os cientistas faziam pesquisa sobre biotecnologia, convencidos e atraídos pelas descobertas; os atores econômicos foram os primeiros a se despertar para as possíveis aplicações da nova tecnologia. O mesmo acontece em um jornal: dois tipos de redação se interessam pela biotecnologia: os jornalistas de ciência e os de economia. Seus caminhos paralelos se cruzam em uma grande praça onde se encontram as preocupações de toda a sociedade: agricultores e consumidores, o campo e a cidade; enfim, o redator-chefe percebe que os

transgênicos não são puramente um tema de ciência ou de economia (Ricroch, 1998).

Ademais das justificativas teóricas, este tipo de fonte tem as vantagens de ser mais contínuo, mais acessível, organizado, rico em detalhes e oferece ao pesquisador mais liberdade para definir as unidades de análise e as categorias. O acesso aos arquivos eletrônicos de jornais, ademais, facilita o processo de busca, coleta e armazenamento de dados, e pode ser feito de qualquer lugar.

No que tange a seletividade da mídia, ela só é um problema se o investigador a negligencia. Como assinala Koopmans: “bias as such is not always a real problem as long as we are not interested in any 'absolute' truth and as long as the bias is systematic” (1998: 93). Rucht and Neidhardt (1998) salientam que a parcialidade neste tipo de fonte tende a sobre ou sub-representar tipos específicos de eventos e de atores devido à conotação política do evento, do ator ou do editorial. Portanto, o pesquisador deve controlar se a parcialidade é sistemática, ou seja, se não afeta as tendências no tempo. Se assim é, a análise dos dados não deve decidir sobre o que é “real”, mas se orientar a deixar que a parcialidade da cobertura apareça tal como ela é, sendo um dado por si, se possível, a ser identificado em comparação com dados de outras fontes. Koopmans ressalta também o interesse da própria mídia em defender sua reputação:

They report a large number of news events on a regular, day-to-day basis, and because they are in competition with each other and need to maintain their credibility as reliable news sources, they- or at least those 'quality' papers with an educated readership – are obliged to cover important events with some degree of accuracy (Danzger 1975 *apud* Koopmans, 1998: 93).

Com base nestas considerações, quatro critérios pragmáticos foram utilizados na seleção das fontes. O primeiro foi *acesso ao conteúdo completo*<sup>4</sup>, incluindo a facilidade em sua obtenção<sup>5</sup>. O segundo foi *número de resultados da*

---

<sup>4</sup> A coleta foi feita durante estadia de pesquisa na Cepal e pode se beneficiar das assinaturas que a instituição possui de jornais de economia na América Latina e do recurso eletrônico *Proquest*, que permite a busca e acesso ao conteúdo de vários bases de dados, incluindo a “*Latin America Newsstand*”. Os jornais de orientação de esquerda disponibilizam seu conteúdo livremente na internet.

<sup>5</sup> Este critério mostrou-se fundamental quando da tentativa de se utilizar como fontes as revistas semanais brasileiras, *Veja* e *Carta Capital*. Embora ambas tenham acervos digitais, o da primeira não permite que se archive material (e o arquivo físico disponível na biblioteca do *Ibero-amerikanische Institut* estava em reparo quando da coleta de dados); o da segunda apresentou vários erros que (após tentativas de contato com os responsáveis, sem resposta) inviabilizaram a coleta sistemática de material.

busca por palavras-chave, devido à necessidade de se obter conteúdo. O terceiro foi *escopo geográfico*: optou-se por noticiários voltados a uma audiência nacional e as seções locais de cada mídia foram excluídas da amostragem<sup>6</sup>. Este critério também se justifica em virtude do objeto estudado: tendo em vista que a competência para liberalização e regulamentação da biotecnologia agrícola reside no nível federal nos três países estudados, o alvo das demandas que enquadram transgênicos como risco é a política nacional. Não menos relevante foi o critério da *comparabilidade* das fontes. Foram escolhidos para cada país, um jornal de ampla circulação nacional voltado para a elite política, *Folha de São Paulo*, *El Universal* e *La Nación*<sup>7</sup>; o jornal de maior circulação no setor especializado de economia e negócios, *Valor Econômico*, *El Economista* e *El Cronista Comercial*; o jornal líder entre os tendem à esquerda no espectro, *Carta Maior*<sup>8</sup>, *La Jornada* e *Página/12*. A comparabilidade dos últimos se confirma pelo fato de serem parceiros, disponibilizando links em seu website para os demais e reproduzindo matérias um do outro. O acervo resultante para cada país pode ser visualizado na tabela abaixo:

**Tabela 1. Fontes selecionadas**

<b>Fonte</b>	<b>País</b>	<b>Audiência</b>	<b>Orientação Ideológica</b>	<b>Resultados encontrados</b>	<b>Resultado final</b>
Folha de São Paulo	Brasil	Ampla	Direita	216	46
Valor Econômico	Brasil	Negócios	Direita	109	40
Carta Maior	Brasil	Ampla	Esquerda	58	6
El Universal	México	Ampla	Direita	75	24
El Economista	México	Negócios	Direita	43	13

<sup>6</sup> Inicialmente foram coletados artigos de jornais regionais (Voz do Interior na Argentina e seções regionais de El Universal e da Folha de São Paulo). Entretanto, optou-se por privilegiar duas dimensões comparativas: países e orientação política dos jornais; a escolha de debates locais ou regionais incluiria uma nova dimensão comparativa que demandaria rigor metodológico na escolha de casos e, neste momento, em vista da problemática de pesquisa, não contribuiria para elucidação do fenômeno,

<sup>7</sup> Note-se que, embora Folha de São Paulo e El Universal sejam os líderes de circulação em sua categoria (com ressalvas), este não foi o critério de sua seleção. Ademais de estarem disponíveis no banco de dados, eles foram os que apresentaram maior número de resultados. Se o critério fosse número de circulação, El Clarín seria escolhido (288.519 cópias diárias de segunda a domingo) frente o La Nación (160.368 e segundo em circulação, IVC, 2011). El Clarín não estava no banco de dados do Proquest e, ainda que seu conteúdo seja disponível online, dois outros critérios pesaram na decisão por La Nación. O primeiro foi a facilidade de obtenção do conteúdo por meio de uma busca única no Proquest, que permitia a combinação de palavras-chave, aplicáveis aos três países. O segundo foi a comparabilidade geral da amostragem tendo em vista o bias político. La Nación apresenta uma postura mais consistente e contundente na cobertura do conflito entre o agronegócio e o governo argentino e o debate argentino sobre transgênicos se insere neste contexto. A sistematicidade do bias político do La Nación como porta-voz do agronegócio na Argentina ratifica sua escolha como representante do primeiro conjunto de jornais.

<sup>8</sup> Carta Maior é um blog de mídia e não um jornal impresso como as demais fontes. Sua inclusão no acervo seguiu os mencionados critérios: acesso, número de resultados, escopo e comparabilidade no quesito ideológico. Dentro mesmo formato de jornal diário impresso, testou-se o jornal "Brasil de Fato", mas este ofereceu menor número de resultados, e, portanto, menos conteúdo. A revista "Carta Capital" já havia sido descartada pelo critério acesso e a revista "Caros Amigos" teve resultados ainda menores.

La Jornada		México	Ampla	Esquerda	394	93
La Nación		Argentina	Ampla	Direita	48	12
El Cronista		Argentina	Negócios	Direita	174	31
Comercial						
Página/12		Argentina	Ampla	Esquerda	212	62

Fonte: elaboração própria

Ressalte-se que a classificação da orientação ideológica das fontes (em esquerda ou direita) se orienta por critérios subjacentes à lógica do campo midiático e não à relação dos meios de comunicação com o sistema político. Como fonte de esquerda, consideram-se aquelas que dão mais voz às demandas de movimentos sociais e maior cobertura a eventos de protesto do que comumente se dá nos jornais "standard" de maior circulação entre as elites, considerados, portanto, como fonte de (centro-) direita. De forma ilustrativa, um jornal classificado como de esquerda como *Página/12* tem uma postura mais favorável ao atual governo argentino, ao passo que *La Nación*, classificado como de direita, atua mais fortemente como "watch dog" do governo, exercendo, inclusive, uma postura oposicionista. Enfim, a classificação da orientação ideológica das fontes entre direita/esquerda não implica alinhamento com a distinção governo/oposição própria ao sistema político. É importante manter esta diferenciação justamente devido ao objetivo da pesquisa de identificar as disputas pelos significados que prevalecem no debate público com vistas a influenciar as políticas públicas. Agenda da mídia e agenda política se relacionam, mas como isso se dá é matéria de investigação empírica.

Ressalte-se que esta seleção de fontes não pretende representar "a cobertura da mídia de massa no país sobre os alimentos transgênicos". No caso brasileiro, com a magnitude de sua população, exposta a 689 jornais diários (dentro de um universo de 4 milhões de jornais) com uma circulação de 8.193.000 cópias diárias no ano de 2009, haveria muitas fontes relevantes, como jornais regionais<sup>9</sup>, tablóides e revistas semanais, para não dizer da cobertura de rádio e televisão<sup>10</sup>. Entretanto, esta seleção pequena e especializada de fontes pode ser considerada como "validadores" de outros

<sup>9</sup> Embora Folha de São Paulo tenha caído para a Terceira posição em 2010, com 292.626 cópias, trata-se do jornal que foi por décadas o de maior circulação no país, em comparação com Extra (primeiro colocado, 303.269 cópias) e Super Notícia (segundo colocado, 302.697, no formato tablóide), ambos mais lidos no Rio de Janeiro e Minas Gerais pela audiência local respectivamente (IVC, Instituto Verificador de Circulação, 2010a).

<sup>10</sup> Foi também realizado um pré-teste no site do Jornal Nacional e, em dois anos, os resultados foram parcos: apenas três matérias.

meios<sup>11</sup>.

Daí a importância de se combinar os critérios de seleção das fontes. Espera-se que o acervo final apresente uma amostragem rica e variada sobre o que há no discurso midiático sobre alimentos transgênicos nos três países estudados<sup>12</sup>.

### *O método e as categorias de análise*

As matérias foram classificadas em dois níveis de análise, mídia e matéria, cada um com objetivos distintos. O primeiro é útil para análise de mídia: o que foi publicado, em que seções o tema recebeu maior cobertura, em que meses, quem escreveu mais sobre o tema. O segundo visa extrair conteúdo das matérias para uma análise quantitativa e qualitativa. Em ambos níveis, o artigo é a unidade básica, a ser codificada em níveis diferentes: primeiro, a informação externa, visto de uma forma holística com relação ao seu contexto na mídia; depois, a leitura da informação “interna”, que é “quebrada” em unidades de codificação referentes às variáveis escolhidas. No primeiro caso, as variáveis escolhidas foram tipo de artigo, seção onde foi publicado, autor e data.

Somente as matérias de tipo “notícias” foram submetidas à análise de conteúdo. As unidades de análise eram “demandas políticas” (*political claims*), ou seja, codificadas em *frames*. O processo de construção de categorias não obedeceu a um processo linear, muito pelo contrário, envolveu uma mistura de passos indutivos e dedutivos (Glaser e Strauss, 1967; Mayring, 2010; Sudabby; 2006; Turner, 1981). Primeiramente, foi realizada uma pré-análise com a criação de códigos diretamente a partir do material empírico coletado para outros anos e com base no conhecimento prévio do pesquisador sobre o caso estudado, como os atores, a história do tema e do próprio tema. O resultado foi uma longa lista

---

<sup>11</sup> “They signal who is to be taken seriously as a player and what ideas are important enough to be considered seriously. Even when their stories are not directly reprinted in other newspapers, editors and publishers look to their coverage as an indicator of what is 'newsworthy'. Achieving standing and having one's frame featured prominently in these particular papers is an important achievement, with broad repercussions that reach beyond their particular readers” (Ferree et. al, 2002:47).

<sup>12</sup> Os artigos foram coletados por meio de busca com as palavras-chave “biotecnologia” OR “transgenic\*” combinação que, após alguns testes, se mostrou mais eficiente. Os artigos tinham que cumprir com dois critérios para ser incluídos na amostra: tópico e escopo geográfico, ou sejam, apenas foram selecionados artigos que tratavam do tema da biotecnologia aplicada à agricultura e que se referissem ao país de origem. Isto permitiu uma maior precisão nos resultados, facilitando o trabalho de análise.

de códigos que precisava ser reduzida e sistematizada em categorias. Para tanto, foram usados como referência instrumentos desenvolvidos para outras investigações, sobretudo a estrutura gramatical dos livros de código usados para o método *political claim-making method* (Ferree et al. 2002; Koopmans e Stratham, 2010; Rucht, Yang e Zimmermann, 2008), adaptados ao caso particular.

As formas de conferir sentido aos alimentos transgênicos foram classificadas por elementos de conteúdo, os *frames*, de acordo com as posições pro e contra. A tipologia de *frames* foi construída a partir do material empírico, comparada com tipologias similares (Lacey, 2006; Rucht, Yang and Zimmerman, 2008) e refinadas com debates com especialistas da Unidade Agrícola da Cepal. O resultado foi sistematizado na tabela abaixo:

**Tabela 2. Frames sobre os alimentos transgênicos de acordo com dimensão e posicionamentos**

Tema	Posicionamentos	
	Pró	Contra
Economia	“ <b>benefícios</b> ”: econômicos , especialmente agrônômicos	“ <b>custos</b> ”: de segregação, de coexistência, rejeição do mercado
Saúde e Meio Ambiente	“ <b>biossegurança</b> ”: ausência de riscos para a saúde e o meio ambiente ou mesmo benefícios	“ <b>risco</b> ”: efeitos negativos sobre a saúde e o meio-ambiente
Tecnologia e Sociedade	“ <b>progresso</b> ”: a tecnologia como solução para os problemas da humanidade tais como segurança alimentar (fome) e mudanças climáticas.	“ <b>crítica/alternativa</b> ”: os efeitos sociais negativos da biotecnologia agrícola; referências a modelos alternativos para a agricultura.

Fonte: elaboração própria

Enfim, a presença de *frames* de risco nos debates públicos sobre os transgênicos será avaliada por meio da comparação entre países e entre meios de comunicação<sup>13</sup>, sempre em contraste com outros tipos de *frames* possíveis para os OGMs.

### 3. Resultados: presença de *frames* de risco na mídia

Ao todo, foram codificadas 593 demandas políticas no material, das quais 173 (29%) eram *frames* de risco. As unidades de análise são demandas

<sup>13</sup> Tirei atores e a tabela.



políticas, sendo que o que corresponde ao total (100%) varia segundo dimensão comparativa.

Desagregando estes dados por país (100% = total das demandas políticas por país), a participação de *frames* de risco nas demandas políticas sobre alimentos transgênicos foi de 16% no Brasil (32 de 198), 47% na Argentina (58 de 128) e 31% no México (83 de 267). Em outras palavras, há no México duas vezes mais e na Argentina três vezes mais visibilidade que no Brasil para que os atores comuniquem os riscos que associam à biotecnologia agrícola.

**Tabela 3. Presença de *frames* de risco no debate midiático sobre transgênicos**

		Risco	Outros
<b>Brasil</b>	<b>Direita</b>	26	155
	<b>Esquerda</b>	6	11
<b>Argentina</b>	<b>Direita</b>	8	52
	<b>Esquerda</b>	50	18
<b>México</b>	<b>Direita</b>	17	68
	<b>Esquerda</b>	66	116

Fonte: elaboração própria

No que tange à distribuição por orientação ideológica das fontes – e sem desagregar os dados por país -, do total dos 173 *frames* de risco, 122 foram publicados nos meios de esquerda e 51 nos meios de direita. Assim, mais de dois terços das demandas sobre risco encontradas no material foram publicadas pelos meios de esquerda. Isto em números absolutos. Em números relativos, considerando-se como 100% o total de demandas políticas codificadas por orientação ideológica, 51 ocorrências significam 16% do material codificado nos meios de direita, enquanto 122 *frames* de risco correspondem a 46% do material codificado nos meios de esquerda.

Cruzando-se os dados, há, por país e segundo orientação ideológica os seguintes resultados: *frames* de risco correspondem a 14%, 13% e 20% das demandas políticas codificadas nos meios de direita no Brasil, na Argentina e no México, respectivamente. Nos meios de esquerda, eles perfazem 35%, 74% e 36%.

#### 4. Discussão dos resultados

Esses resultados comprovam a hipótese de que meios de comunicação que costumam cobrir eventos de protesto e demandas de movimentos sociais também são aqueles que dão maior visibilidade aos *frames* de risco. Em outras palavras, apenas pela leitura dos jornais Folha de São Paulo, El Universal, La Nación e dos jornais especializados de economia, a elite política e econômica teria acesso a pouco conteúdo sobre atores que enquadram os OGMs como uma questão de risco.

Assim, o baixo número de artigos coletados no meio de esquerda brasileiro (6 artigos, frente a 62 do *Página/12* e 93 do *La Jornada*) explica em parte a pequena participação de *frames* de risco na amostra do ambiente midiático do país. Ademais, somente 3 matérias do Carta Maior foram submetidas à análise de conteúdo, já que as demais eram artigos de opinião. Não está claro o motivo pelo qual foram encontrados poucos artigos sobre transgênicos nos jornais de esquerda brasileiros. Ressalte-se que foram feitos vários pré-testes a fim de selecionar a fonte que daria maior número de resultados. Esta pequena amostragem se torna ainda mais premente de explicação se comparada ao alto número de artigos coletados sobre o tema nos jornais *Folha de São Paulo* e *Valor Econômico*. O corpus de material de mídia brasileiro que foi codificado ficou bastante desequilibrado: foram 78 artigos dos meios de direita e 3 do de esquerda.

Pode-se aventar algumas hipóteses para a relativa baixa cobertura sobre o tema na mídia de esquerda brasileira. Uma hipótese, ou mais bem, uma pergunta, surge do próprio acervo de fontes e se refere à configuração do espaço midiático brasileiro: haverá um jornal equivalente ao *La Jornada*, no México, e ao *Página/12*, na Argentina? Uma segunda hipótese, baseada em uma primeira leitura do material, é que houve no Brasil um deslocamento do debate dos riscos dos OGMs (que envolvem um componente de futuro) para os custos (muito presentes) de sua adoção, não somente para os agricultores que pretendem manter sua opção pela agricultura sem transgênicos, mas também para toda a cadeia da indústria alimentícia no que se refere aos custos de cumprir com a legislação de segregação, de monitoramento, de rotulagem.

Assim, mesmo atores que tiveram um forte papel na tematização dos riscos dos transgênicos no país passaram a enquadrar o tema como “direito do consumidor” (Cruz e Leitão, 2009).

Outra hipótese seria que o conflito acerca dos transgênicos arrefeceu no Brasil, após a aprovação do milho geneticamente modificado. Soma-se a isto o fato de que, tendo sido o governo do Partido dos Trabalhadores responsável pela definitiva aprovação da soja transgênica e dos demais produtos, houve uma desmobilização dos movimentos sociais a respeito. A fim de averiguar estas hipóteses, uma solução seria completar os dados de mídia com dados provenientes dos movimentos sociais que se opõem aos OGMs. De toda forma, contrastar os dados de mídia com fontes externas é uma maneira de controlar a seletividade dos meios de comunicação e o próprio resultado desta comparação é, em si, um dado sobre o papel da mídia na definição da agenda sobre o tema.

O material midiático coletado na Argentina também levanta problemas. O acervo composto pelas fontes selecionadas é em sua maioria composto pelas matérias do *Página/12*, jornal que apoia o governo no conflito com os grandes produtores rurais e os grandes veículos de mídia. Porém, o *La Nación* representa o outro lado do conflito e possui, como se comprova pela leitura das matérias coletadas, uma postura contundente de defesa do modelo sojeiro. Como explicar o baixo número de artigos coletados sobre o tema dos transgênicos neste jornal? Uma hipótese para o baixo número de resultados do *La Nación* concerne o banco de dados utilizados e seu sistema de indexação. Entre as soluções possíveis seria refazer a busca a partir do acervo do próprio jornal. Em se comprovando diferença nos resultados, concluir-se-á que o uso das ferramentas eletrônicas de busca em bancos de dados pode gerar erros que comprometem o resultado de pesquisas. Entretanto, para o caso presente, o baixo número de artigos do *La Nación* foi compensado pelo alto número de matérias do *Página/12* que não foram codificadas, visto que apenas as matérias de tipo “notícias” foram submetidas à análise de conteúdo e estas perfaziam 36 matérias dos meios de direita e 27 do de esquerda. Assim, não houve um viés de esquerda no corpus de análise – pelo contrário - como à primeira vista se percebe no acervo argentino.

O acervo mexicano tampouco é equilibrado entre as fontes, porém, isto se explica pelo forte ativismo do *La Jornada* na questão dos transgênicos, publicando, entre seus 93 artigos coletados sobre o tema, 30 artigos de opinião, 4 entrevistas e 1 editorial; ademais, o jornal cobre o assunto majoritariamente em sua seção “Sociedad y Justicia” (46 artigos), seguida pela “Opinião”. Isto contribuiu para diminuir o desequilíbrio entre as fontes na análise de conteúdo: os artigos tipo notícia somaram 36 nos meios de direita e 58 nos de esquerda. Ainda assim, há um viés de esquerda no corpus do material mexicano.

Mesmo assim, a presença de comunicações de risco é bem maior na Argentina do que no México: cerca da metade das demandas políticas naquela e um terço, neste. A explicação para esta diferença passa pela desagregação dos demais *frames* utilizados pelos atores no debate sobre os transgênicos no México, o que foge ao escopo deste trabalho. Apenas vale indicar que a maioria dos argumentos utilizados sobre biotecnologia agrícola naquele país também é contestatória, porém se refere às relações entre tecnologia e sociedade e não se restringe aos aspectos de saúde e meio ambiente, que definem a categoria “risco”.

### **Conclusão: mídia e risco**

Partindo do pressuposto de que a presença de *frames* de risco dos OGMs na mídia indica que passaram por processos de seletividade dos meios de comunicação sobre o que é relevante para o debate público, conclui-se que os resultados obtidos são um dado em si. Ou seja, eles indicam que visibilidade as comunicações de risco possuem para uma audiência mais ampla do que as partes diretamente afetadas e mobilizadas pelo tema, sejam os movimentos sociais, as empresas de biotecnologia, os cientistas que fazem pesquisa ou os atores políticos a quem são dirigidas demandas para a formulação de políticas. Quanto maior sua visibilidade na mídia, maior a pressão para que uma questão seja considerada pela elite política; o que é parte do poder de agenda da mídia.

Assim, a seletividade da mídia não é uma deficiência metodológica, mas um resultado do método conscientemente escolhido, dentro dos objetivos de

pesquisa propostos. Os dados coletados da mídia nos três países mostram diferenças de seletividade entre os meios de direita e de esquerda, comprovando o papel da mídia de notícias sobre a visibilidade das demandas políticas sobre risco. Estes resultados reforçam, por um lado, a tese sobre a centralidade da mídia para a visibilização de demandas políticas sobre risco dos transgênicos. Tendo em vista que a maioria dos *frames* de risco foi publicada pelos meios de esquerda, com menor capilaridade que as demais fontes escolhidas, os dados indicam que há pouca abertura nos jornais de grande circulação, tais como Folha de São Paulo, La Nación e El Universal para *frames* de risco, com exceção para o México, onde a decisão sobre a adoção dos OGMs está em aberto.

Ao mesmo tempo, a ausência de um jornal no Brasil equivalente ao La Jornada, do México, e ao Página/12, da Argentina, implica a necessidade de ampliar as fontes de pesquisa para além dos noticiários para identificar demandas políticas sobre risco no Brasil. Ressalte-se, a mídia é um *gatekeeper* para a agenda política, mas ela não determina o frame dado a uma questão pelos indivíduos (Gamson, 1992) nem sua relevância para as demais agendas (McCarthy, Smith e Zald, 1996). Portanto, complementar os dados de mídia para analisar a participação dos *frames* de risco no debate público sobre os transgênicos pode ser uma boa solução metodológica contra o perigo de cair em um determinismo midiático.

## Bibliografia

- Allain, Juliana et. al. 2009. As representações sociais de transgênicos nos jornais brasileiros. *Estudos de Psicologia*, 14(1), Janeiro-Abril/2009, 21-30.
- Bárcena, Alicia et. al. (Eds.) 2004. *Los transgênicos en América Latina y el Caribe: un debate abierto*. Santiago: CEPAL Naciones Unidas, 2004.
- Beck, Ulrich. 1986. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. 1st ed. Suhrkamp Verlag.
- . 2007. *Weltrisikogesellschaft: Auf der Suche nach der verlorenen Sicherheit*. 1st ed. Suhrkamp Verlag.
- Benford, Robert D. 1993. "Frame Disputes Within the Nuclear Disarmament Movement." *Social Forces* 71 (3) (March): 677-701.
- Cruz, Rafael e Leitão, Sérgio. 2009. "Pax Transgênica", *Folha de São Paulo*, 13/03/2009.
- Douglas, Mary. 1986. *Risk acceptability according to the social sciences*. London [u.a.]: Routledge.
- . 2003a. *Purity and danger*. London [u.a.]: Routledge.
- . 2003b. *Risk and blame*. London [u.a.]: Routledge.
- Favorito, Celsina Alves. 2005. *Transgenicos na „economia“? Estudo da cobertura jornalística dispensada pela Folha de São Paulo*. Paper apresentado no III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Florianópolis.
- Ferree, Myra Marx et al. 2002. *Shaping abortion discourse: democracy and the public sphere in Germany and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gamson, William A. 1992. *Talking Politics*. Cambridge University Press.
- Gamson, Willian A. and Wolfsfeld, Gadi. 1993. Movements and Media as Interacting Systems. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 528: 114
- Glaser, Barney, e Anselm Strauss. 1967. *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Aldine Transaction.
- GRAS, C. 2011. Entrevista informal. 02/02/2011. Berlín, Alemanha.
- Goffman, Erving. 1974. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Northeastern University Press.
- Gras, C. 2009. Changing Patterns in Family Farming: The Case of the Pampa Region, Argentina. *Journal of Agrarian Change*, 9(3), pp.345-364.

Gras, C. e Hernández, V. 2008. Modelo productivo y actores sociales en el agro argentino. *Revista Mexicana de Sociología*, 70(2), pp.227-259.

Greenpeace México. 2011. *Agricultura sustentable y transgénicos*. Disponible en: [www.greenpeace.org/mexico](http://www.greenpeace.org/mexico).

Gruttadauria, Martín. 2008. RR *La cosecha amarga*. Argentinien, 120 Min.

Instituto Verificador de Circulaciones. 2011. Acessado em 12/08/2011. [http://www.ivc.org.ar/consulta?op=c&asociado\\_id=134](http://www.ivc.org.ar/consulta?op=c&asociado_id=134)

James, Clive. 2009. *Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops: 2009*. ISAAA Brief No. 41. ISAAA: Ithaca, NY.

Lisboa, Marijane. 2011. Entrevista informal. 01/02/2011. Berlín, Alemaña.

Koopmans, Ruud. 1998. The use of protest event data in comparative research: cross national comparability, sampling methods and robustness. In: Rucht, Dieter; Koopmans, Ruud and Neidhardt, Friedhelm. 1998. *Acts of dissent: new developments in the study of protest*. Berlin, Ed. Sigma

Koopmans, Ruud, e Paul Statham. 2010. *The Making of a European Public Sphere: Media Discourse and Political Contention*. 1º ed. Cambridge University Press.

Koopmans, Ruud. 2002. *Codebook for the analysis of political mobilisation and communication in European public spheres*. WP 2 Content coding of claim-making D2.1.

Lacey, Hugh. 2006. *A controvérsia sobre os transgênicos: questões científicas e éticas*. Aparecida, São Paulo: Idéias e Letras.

Luhmann, Niklas. 2008. *Risk: a sociological theory*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2008.

\_\_\_\_\_. 2005. "Risiko und Gefahr." Pp. 131-169 in *Soziologische Aufklärung*. Wiesbaden: VS Verl. für Sozialwiss.

Mayring, Philipp. 2010. *Qualitative Inhaltsanalyse: Grundlagen und Techniken*. 11 ed. Beltz.

McCarthy, John D., Jackie Smith, and Mayer N. Zald. 1996. Accessing public, media, electoral, and governmental agendas. In *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, 291-311. 3rd ed. Cambridge University Press.

Petriccione, Barbara Bordogna. 2004. "De l'utilisation de la notion de risque dans le débat public sur les biotechnologies." *Revue européenne des sciences sociales XLII-130*: 73-108.

Ricroch, Agnès. 1998. La presse, chaînon indispensable mais fragile. Un entretien avec Catherine Vincent. In: *Végétaux transgéniques: les enjeux por la*

*santé et l'environnement*. Revue POUR, n. 159. Septembre 1998. Paris: Éditions do GREP.

Rucht, Dieter, Mundo Yang, e Ann Zimmermann. 2008. *Politische Diskurse im Internet und in Zeitungen: Das Beispiel Genfood*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften / GWV Fachverlage GmbH, Wiesbaden.

Rucht, Dieter and Neidhardt, Friedhelm. 1998. Methodological issues in collecting protest event data: units of analysis, sources and sampling, coding problems. In: Rucht, Dieter; Koopmans, Ruud and Neidhardt, Friedhelm. 1998. *Acts of dissent: new developments in the study of protest*. Berlin, Ed. Sigma

Rucht, Dieter; Koopmans, Ruud and Neidhardt, Friedhelm. 1998. Introduction: Protest as a Subject of Empirical Research. In: *Acts of dissent: new developments in the study of protest*. Berlin, Ed. Sigma.

Snow, David A, E. Burke | Rochford., Steven K Worden, and Robert D Benford. 2000. "Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation." *Annual Review of Sociology* 26: 611-39.

Suddaby, Roy. 2006. From the editors: what grounded theory is not. In: *Academy of Management Journal*. Vol. 49, n.4, 633-642.

Turner, B. A. 1981. Some practical aspects of qualitative data analysis: One way of organizing the cognitive processes associated with the generation of grounded theory. *Quality and Quantity*, 15: 225–247.

Tilly, Charles and Tarrow, Sidney. 2007. *Contentious politics*. Boulder/London: Paradigm Publishers.